

Folclore e mitos da escola privada

ANC - educação
P A 3

CLAUDIO WEBER ABRAMO

14 MAI 1987

Com a entrada em funcionamento das diversas comissões constitucionais, torna-se mais agitada a ação dos grupos de pressão que, em cada atividade, defendem seus interesses setoriais. Muitos desses interesses são, sem dúvida, legítimos, mas há diversos grupos que advogam coisas francamente prejudiciais à coletividade. Um dos mais conspícuos é o "lobby" da escola privada.

Os proprietários de estabelecimentos de ensino querem que a Assembléia Constituinte consagre o princípio de que o Estado deve subsidiar o ensino privado. A investida se dá com base num conjunto de mitos insistentemente repetidos, que se expressam em três frentes: doutrinária, técnica e econômica. Esta última, como visa apenas a sobrevivência fácil, não merece maiores comentários.

No âmbito da frente doutrinária, adiantam os donos de escolas o surrado argumento da necessidade de a sociedade ter "liberdade de escolha" quanto ao ensino a ser ministrado a sua juventude. Referem-se, claro, à religião e à ideologia política. A referência constante é à geléia-geral direitista que, no Brasil, passa por liberalismo.

Ora, chega a ser grotesco sugerir que a sociedade como um todo desembolse recursos financeiros adicionais para que uma parcela da população exerça a liberdade de submeter seus filhos à doutrinação religiosa e ideológica. Um pouco de vergonha na cara deveria ser

suficiente para rebater a pretensão. Quem quiser que pague pelo duvidoso privilégio, como em qualquer país civilizado.

Se o problema da tal "liberdade de escolha" pode ser descartado com certa facilidade, as dimensões técnica e econômica do "caso" privatista merecem atenção mais detida.

A existência de uma escola pública leiga, democrática, universal e pluralista, como exigida pelas várias entidades e organizações que, fazendo frente aos privatistas, têm ultimamente se manifestado sobre o problema, é condição indispensável para a libertação do povo brasileiro da miséria cultural e material que o aflige. A defesa desses valores, tal como são apresentados, não há muito a aduzir. O que há a acrescentar é que os valores não são bem apresentados, pois muito pouco se fala sobre a competência dessa escola, sintomaticamente esquecida por nossos educadores.

A questão é importante, porque argumentos de competência são sempre invocados quando se trata de reivindicar a privatização de atividades desenvolvidas pelo Estado. Afirma-se que este não tem capacitação para gerir seja o que for, que nas mãos do empresário privado os negócios são conduzidos com mais eficiência etc. etc.

Isso talvez seja verdade, com restrições, quando se trata de fabricar parafusos. Mas é certamente falso na

área social. E de fato curioso que ninguém se lembre do papelão que a empresa privada faz do atendimento hospitalar, por exemplo, semiprivatizado por meio dos convênios do Inamps. Ou do assalto praticado contra o bolso das populações mais miseráveis pelos tantos caixotes e baús de seguridade social que o governo deixa funcionar não se sabe por que.

Voltando à educação, todo mundo sabe que a escola pública brasileira de primeiro e segundo graus é muito incompetente. O que pouca gente se dá conta é que a escola privada também é inepta. Seus alunos são ensinados (se é que se pode usar o termo) pelos mesmíssimos professores que atuam no ensino público, em ambientes tão inadequados quanto os deste e sujeitos a carências materiais e metodológicas semelhantes —que, no entanto, passam em brancas nuvens porque disfarçadas de modernidade pedagógica. Esses alunos saem da escola privada tão iletrados quanto os estudantes da rede oficial. A diferença é que os pais pagam pelo analfabetismo diplomado.

Grosseiramente incompetente é também a gerência das escolas privadas. Seus dirigentes são decerto capacitados a promover seu próprio enriquecimento, mas geralmente governam seus estabelecimentos de forma inepta, jamais realizando investimentos, submetendo seus professores a salários infames e a condições de trabalho medievais e, de modo geral, agindo como os predadores

que são. Não há compromissos educacionais: o bolso do pai do aluno é o alvo único de toda a operação.

Evidentemente, existem exceções. Entretanto, do fato de meia dúzia de colégios particulares proporcionarem um ensino de qualidade razoável a parte de seus alunos (nunca a uma parcela substancial deles), não se deve inferir que o ensino privado é intrinsecamente melhor do que o público. Em muitíssimos casos, é ainda pior. Com a maior desfaçatez, abrem-se escolas baseadas em "propostas" pedagógicas mal-ajambradas, que, aos olhos da classe média insegura, desinformada e desorientada, justificam polpudos carnês de pagamento.

Formalmente, cabe ao Estado fiscalizar o funcionamento das escolas particulares, e portanto sobre seus ombros recai parte da responsabilidade, pelo estado de coisas reinante. Mas é fato notório que os órgãos fiscalizadores são dominados pelo "lobby" privado, a começar do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação. Por esse, e por vários outros motivos, se a Constituinte não reformular tanto a composição quanto o modo de indicação dos membros desses Conselhos, então sua tarefa no terreno educacional terá sido frustrada.

CLAUDIO WEBER ABRAMO, 40, é matemático, pós-graduado em Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi diretor-técnico da Fundação para o Livro Escolar.

FOLHA DE SÃO PAULO